

DOI: <http://dx.doi.org/10.55602/9c3zjv57>

**OFICINAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA NA INFÂNCIA:
um recorte de práticas de extensão universitária**

**CHILDHOOD VIOLENCE PREVENTION WORKSHOPS:
a snapshot of university extension practices**

William Fernando Machado¹
Rafaela Nunes Bernardes²
Jeane Lessinger Borges³

Resumo: Este estudo descreve uma prática de extensão universitária realizada em uma escola pública com o objetivo de trabalhar na prevenção primária de situações de abuso sexual infantil. Foi realizada uma oficina denominada “Semáforo do Toque” com dinâmicas baseadas no livro “Pipo e Fifi” em uma turma do terceiro ano do ensino fundamental de uma escola pública. Os resultados indicaram que a educação sexual e a prevenção ao abuso sexual na infância são de extrema importância para a criação de fatores protetivos. Percebe-se que tais práticas preventivas podem contribuir para a identificação precoce de situações de violência contra crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Abuso sexual infantil. Infância. Maus-tratos. Prevenção primária.

Abstract: This study describes a university extension practice conducted in a public school aimed at the primary prevention of child sexual abuse situations. A workshop called “Traffic Light of Touch” was conducted, featuring activities based on the book “Pipo and Fifi” with a third-grade class in a public elementary school. The results indicated that sexual education and the prevention of child sexual abuse are of utmost importance in creating protective factors. Such preventive practices can contribute to the early identification of violence against children and adolescents.

Keywords: Child sexual abuse. Childhood. Maltreatment. Primary prevention.

¹ Aluno de Graduação em Psicologia – IENH. E-mail: williammachadoemail@gmail.com

² Aluna de Graduação em Psicologia – IENH. E-mail: rafaelabernardes@ienh.com.br

³ Pós-Doutorado (2019), Doutorado (2018) e Mestrado (2007) em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduação em Psicologia (2004) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Membro da Sociedade Brasileira de Psicologia. Professora da IENH – E-mail: jeane.b@ienh.com.br

1 INTRODUÇÃO

A violência contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo e multifatorial em que variáveis familiares e biopsicossociais encontram-se interrelacionadas na sua ocorrência. Englobam diferentes tipos de violação de direitos e de abusos, incluindo a violência psicológica, física, sexual e a negligência (Zeanah; Humphreys, 2018). O abuso sexual infantil (ASI) é um dos tipos de maus-tratos com significativa prevalência, sendo considerado um sério problema de saúde pública. A exposição aos maus-tratos na infância tem sido associada a diferentes consequências psicológicas, cognitivas e comportamentais para o desenvolvimento. O impacto dos maus-tratos pode ter sequelas psicológicas a curto e longo prazo, o que implica em intervenções com as vítimas (Norman *et al.*, 2021).

De acordo com Ribeiro e Reis (2007), o ensino da educação sexual não é apenas uma ferramenta educacional; é um vislumbre antecipado das experiências que as crianças e adolescentes enfrentarão ao longo de suas vidas. Nesse sentido, assume um papel preventivo fundamental. A escola desempenha um papel crucial ao educar e preparar as gerações mais jovens para o futuro, fornecendo informações essenciais que serão relevantes em suas vidas posteriores. Ao incluir a educação sexual no currículo, a instituição de ensino se torna um ambiente de proteção, investindo na formação de indivíduos bem-informados para terem consciência de seus direitos. Essa abordagem proativa é particularmente significativa pois antecipa a inevitabilidade de que, em um futuro próximo, esses jovens assumirão responsabilidades em sua vida sexual. Assim, quando recebem uma educação sexual aberta e desprovida de preconceitos, eles se tornam mais conscientes dos possíveis problemas e com quem podem solicitar ajuda caso precisem.

O resultado natural desse investimento na educação sexual é a criação de adultos que, no futuro, estarão mais capacitados para orientar seus próprios filhos com sabedoria. Dessa forma, ao promover uma compreensão aberta e informada da sexualidade, a escola contribui não apenas para o desenvolvimento individual, mas também para a formação de futuras gerações capazes de lidar com questões sexuais de maneira responsável e esclarecida (Ribeiro; Reis, 2007).

Para ilustrar a prática de extensão universitária, foi desenvolvido um projeto de intervenção primária. O foco foi proporcionar uma experiência educativa sobre saúde sexual e prevenção do abuso sexual infantil (ASI) para crianças de 7 a 8 anos, especificamente os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. A atividade intitulada “Semáforo do Toque” visou a prevenção do abuso sexual na infância, sendo estruturada com base no livro “Pipo e Fifi” (Arcari, 2018).

Essa prática buscou não apenas transmitir informações, mas também criar um ambiente educativo e interativo para as crianças. A abordagem do “Semáforo do Toque” envolveu dinâmicas e discussões adequadas à faixa etária, incentivando a compreensão e a consciência sobre questões delicadas de forma lúdica. A escolha do livro como base ofereceu uma narrativa acessível e envolvente para abordar o tema de maneira apropriada para o público infantil.

A atividade de extensão não apenas buscou cumprir objetivos específicos, mas também promover uma atmosfera de aprendizado positiva. Adaptando-se às atividades conforme a idade das crianças e fundamentando a abordagem no material pedagógico adequado, o projeto almejava não apenas a prevenção imediata, mas também contribuir para a construção

de uma compreensão saudável e informada sobre questões sensíveis.

Nesse sentido, torna-se imprescindível a atuação dos profissionais da Psicologia não se restringindo apenas ao caráter das intervenções terciárias, quando já se apresentam consequências da exposição ao ASI, mas também para as intervenções primárias de caráter preventivo. Poucos estudos têm enfatizado a possibilidade de atuação profissional no contexto da intervenção primária (Faraj; Scott; Siqueira, 2020; Ferreira; Côrtes; Gontijo, 2019; Harden; Buhler; Parra, 2016). Este presente estudo teve como objetivo descrever uma proposta de intervenção primária desenvolvida em uma escola pública a partir de um projeto de extensão comunitária voltado à prevenção do ASI com crianças.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Abuso sexual infantil

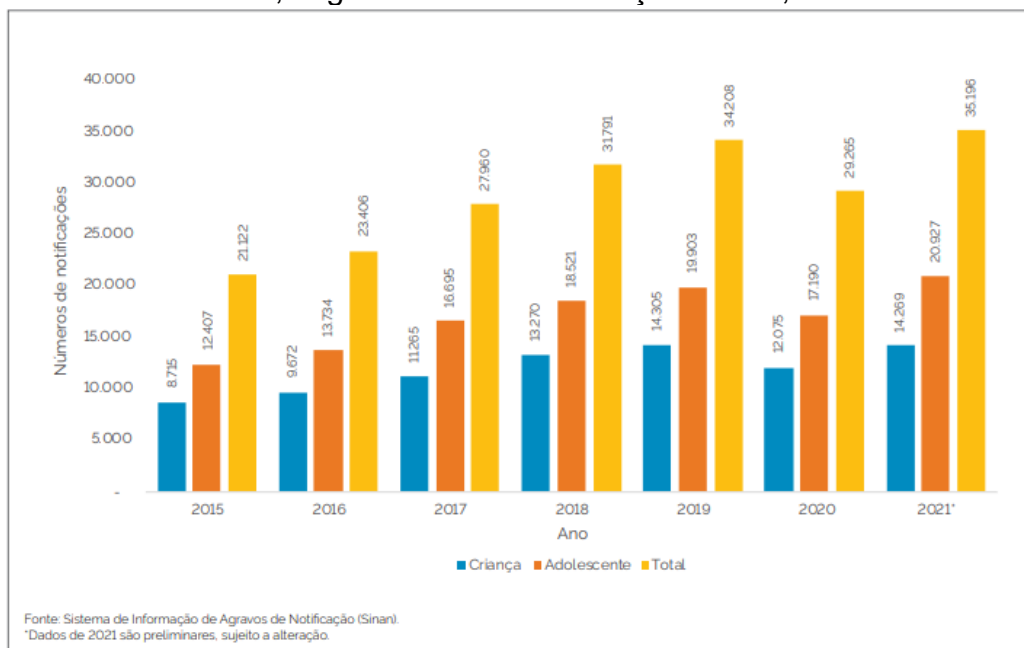
O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é o ordenamento jurídico no Brasil que visa a garantia dos direitos das crianças e adolescentes (Brasil, 1990). Assim, o ECA garante nos Art. 3º, Art. 4º e Art. 14º que todas as crianças e adolescentes devem ter acesso às necessidades básicas, ou seja, segurança, saúde e educação providas pelo Estado, sociedade e família que devem ser responsáveis pela efetivação desses direitos (Brasil, 1990). A exposição a situações de maus-tratos é uma das formas de violação de direitos. Os maus-tratos incluem a violência física, a psicológica, a negligência e o abuso sexual (Zeanah; Humphreys, 2018). Já a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) define que a violência contra crianças e adolescentes envolve tanto as situações de maus-tratos em si, como também a negligência.

O abuso sexual infantil (ASI) é caracterizado como todo envolvimento

erótico ou libidinoso, incluindo toques, carícias e exposição a material pornográfico até a conjunção carnal completa com uma pessoa em estágio de desenvolvimento psicossocial da criança que usa a vítima para estimular-se sexualmente (Cruz *et al.*, 2021). O ASI inclui uma ampla gama de tipos de abuso sexual, variando desde situações de violência sem contato sexual propriamente dito, como é o caso do voyeurismo e exibicionismo; situações com contato sexual sem penetração (toques e carícias no corpo da vítima) até situações com penetração sexual (vaginal, anal e oral) (Borges; Zingler, 2013).

Estudos indicam que a maior parte dos casos de ASI ocorrem no contexto intrafamiliar (Schaefer *et al.*, 2018), caracterizando-se por ser um evento incestuoso perpetrado por pessoas com vínculo afetivo próximo à vítima (Borges; Zingler, 2013; Notificações [...], 2023). Além disso, implica em uma quebra do vínculo de confiança da criança com o agressor, assim como, por vezes, contribui para que a criança tenha dificuldade em reconhecer a diferença entre um toque saudável e um abusivo. Dados do Disque 100 do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania indicaram que, na faixa etária entre 01 e 10 anos, foram notificadas 65.730 denúncias de violações de direitos, sendo que a maioria dessas ocorreram no contexto familiar, o que reafirma a necessidade de se estudar essa dinâmica recorrente (Notificações [...], 2023). Observa-se um aumento das notificações de abusos sexuais no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) entre o período de 2015 a 2021, sendo que, em 2021, foram notificados mais de 35 mil casos (Figura 1).

Figura 1 - Número de notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes, segundo ano de notificação. Brasil, 2015-2021



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação-SINAN (Brasil, 2021)

O ASI intrafamiliar se caracteriza pela presença da dinâmica familiar disfuncional em que o segredo familiar, o distanciamento social da família, a presença de ameaças e o uso de substâncias psicoativas são fatores de risco para a sua ocorrência (Borges; Zingler, 2013). Além disso, famílias abusivas apresentam uma sobreposição de formas de violência doméstica, o que contribui para que a criança vítima internalize modelos violentos que se repetem ao longo da vida, em que as relações interpessoais são caracterizadas pela desigualdade de poder, ameaças e forma de resolução de problemas, tornando-a naturalizada. Assim, as vítimas aprendem a sobreviver dentro deste modelo violento e podem repeti-lo na vida adulta (Braun, 2002).

Outro ponto importante da caracterização do ASI intrafamiliar é que, conforme Braun (2002, p. 28):

A vítima é mais jovem do que no abuso extrafamiliar. Dura mais tempo. Enquanto a grande maioria dos abusos extrafamiliar ocorre só uma

vez, os abusos intrafamiliares se estendem por mais de um ano. Enquanto o abusador extrafamiliar negocia com dinheiro e doces a não-denúncia da violência, o abusador intrafamiliar usa de seu poder frente à vítima, instruindo-a para não contar a ninguém, usando ameaças para conseguir isso. Outros fatores que auxiliam a maior duração do abuso intrafamiliar são: o fato de que a vítima está mais acessível, e a família reluta em denunciar pela proximidade entre abusador e vítima.

Outra característica dos casos de ASI intrafamiliar é a inversão do funcionamento hierárquico entre pais e filhos, sendo que muitas vítimas encontram-se em papel inverso. Em um estudo realizado nos processos jurídicos do Ministério Público do Rio Grande do Sul, no período entre 1992 e 1998, aponta-se que em:

[...] 73% das famílias as agressões físicas apareceram em 40,5% dos casos, enquanto que agressões verbais e terrorismo ocorreram em 21,6% deles. Em 10,8% das famílias, os filhos assumiram o papel dos pais,

revelando reversão hierárquica na família (Habigzang *et al.*, 2005, p.346).

Em relação ao impacto emocional da exposição ao ASI, Reichenheim, Haselmann e Moraes (1999) apontam que é comum observar mudanças no comportamento social das crianças vítimas. A predominância desses abusos no contexto intrafamiliar contribui para a dificuldade que as vítimas encontram em estabelecer relações e confiança com outras pessoas, resultando em uma sensação de insegurança em seu ambiente social. Essas alterações comportamentais podem incluir manifestações de agressividade, timidez, progressivo isolamento social, perturbações no sono e no apetite. Além disso, a fim de se proteger de futuros abusos, a vítima pode ainda apresentar uma postura submissa nos relacionamentos interpessoais e modificar sua aparência física a fim de se esconder e evitar a atenção indesejada (Rezende, 2013). Crianças vítimas de ASI ainda podem apresentar comportamento sexual inapropriado para a idade, masturbação, comportamento suicida, sintomas de depressão, enurese, ansiedade e estresse pós-traumático (TEPT) (Schaefer *et al.*, 2018). Observa-se que o impacto do ASI pode persistir ao longo da vida, incluindo na fase adulta (Norman *et al.*, 2021; Silva; Silva; Silva, 2020).

Outra perspectiva que deve ser levada em consideração é que as ações devem ter o foco exclusivamente na responsabilização do abusador e nunca da vítima. Desse modo, entende-se que quando há o prazer direto ou indireto do adulto responsável, realizado através da imposição e da sedução, a criança sempre será a vítima e de forma alguma pode ser transformada em ré. Logo, só poderá ser considerada a posição de afastar a vítima de sua família caso não haja a possibilidade do afastamento do abusador. Se o caso for de ocorrer o afastamento da criança, ela possui o direito de receber uma

explicação clara e completa dos motivos da decisão, visto que, se não houver essa etapa, a criança sofrerá uma nova violência ao se sentir castigada, rejeitada e culpada (Vagliati, 2014).

Frente a este cenário, este estudo buscou descrever um relato de uma intervenção primária de caráter preventivo, uma vez que se compreende que o custo social do ASI na sociedade é grande.

2.2 Prevenção primária e universal

As intervenções na área da saúde e saúde mental podem assumir diferentes níveis e objetivos. Nesse sentido, a prevenção e promoção da saúde podem ocorrer no nível da prevenção primária, secundária e terciária. A prevenção primária é identificada por seu propósito de eliminar ou reduzir os fatores sociais, culturais e ambientais que propiciam o desenvolvimento de um agravo à saúde (ABRAPIA, 2002). De acordo com Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência- ABRAPIA (2002, p.56)

A prevenção primária é a maneira mais econômica, eficaz e abrangente para se evitar a violência contra crianças. Através da prevenção primária, atua-se para modificar condutas e formar novas culturas, sensibilizando e mobilizando a sociedade.

As intervenções primárias podem ser universais, seletivas ou indicadas. A prevenção universal busca fornecer a indivíduos e/ou grupos em geral os conhecimentos e competências necessários para lidar com os riscos associados a determinados problemas, a fim de que uma grande parcela da população tenha o conhecimento para mudar comportamentos e hábitos de vida, independentemente da exposição aos riscos. Já a prevenção seletiva é voltada para grupos expostos a determinados riscos e a prevenção indicada volta-se para um público específico

que já apresenta determinados comportamentos de riscos.

É essencial que crianças e jovens recebam uma formação adequada sobre seu desenvolvimento físico e psicossocial, permitindo-lhes adquirir conhecimentos e habilidades para lidar com situações desafiadoras. Os programas de prevenção primária devem ser integrados aos planos de educação sexual, adaptados a todas as faixas etárias e direcionados a escolas, famílias e à comunidade em geral. Essa abordagem visa fornecer a todos os conhecimentos necessários para reagir de maneira apropriada a situações de abuso (Moita, 2016).

O foco deste estudo é uma intervenção primária de natureza universal e que adotou uma abordagem psicoeducativa. Estudos prévios indicam que uma das formas de prevenir as situações de ASI é psicoeducar as crianças e adolescentes de forma precoce, abordando o tema da educação sexual. De modo geral, tais intervenções têm como principais objetivos fornecer informações à criança por meio do reconhecimento da problemática do abuso sexual (por exemplo, distinguindo toques apropriados de inadequados, identificando partes do corpo como privadas, compreendendo segredos bons e maus) e oferecer ferramentas para reduzir a probabilidade de ocorrência de abuso (por exemplo, saber dizer sim ou não, procurar ajuda, contar a um adulto de confiança) e identificar emoções associadas a possíveis situações de abuso. Dada a complexidade que os adultos enfrentam ao abordar o tema e a simultânea dificuldade das crianças em revelar situações de abuso, há uma urgência em investir em estratégias de prevenção universal (Alexandre *et al.*, 2021).

Brino e Willians (2008) afirmam que a prevenção do ASI pode ser implementada no contexto escolar, sendo este um dos contextos de proteção às crianças e aos adolescentes. A participação ativa

dos educadores como agentes de prevenção é reconhecida como um aspecto essencial. Devido às dificuldades que as crianças enfrentam ao revelar casos de abuso sexual para membros da família, especialmente considerando a predominância de casos intrafamiliares, muitas vítimas podem buscar ajuda ou suporte fora do círculo familiar. Destaca-se a pertinência do envolvimento dos professores, dada sua acessibilidade às crianças, a qualidade de instrutores que possuem em comparação a outros profissionais e a vantagem de permanecerem pelo menos um ano com a mesma criança. Esses educadores podem ser capacitados para desempenhar o papel de instrutores, abordando a identificação de sinais e estratégias de intervenção com crianças vítimas de abuso.

De acordo com Moita (2016), conclui-se que crianças que participam de programas de prevenção primária e universal de abuso sexual geralmente desenvolvem maior conhecimento e habilidades para gerenciar e lidar com essas situações em comparação com aquelas que não participam. Programas focados nessa problemática capacitam as crianças a estarem mais atentas a abordagens inadequadas por parte de adultos, a identificar e reagir a situações potenciais de abuso, reconhecer toques inadequados e fortalecer seu empoderamento para alertar ou revelar a adultos de confiança sobre uma possível situação de abuso. Além disso, esses programas resultam em um aumento do conhecimento sobre segurança pessoal e no desenvolvimento de habilidades de autoproteção. Os conhecimentos e competências adquiridos tornam as crianças mais motivadas para relatar uma situação de abuso e menos vulneráveis diante de uma eventual situação de abuso. Essa capacitação não apenas fortalece a resiliência individual das crianças, mas também contribui para um ambiente mais seguro e informado.

3 RELATO DE UMA OFICINA DE PREVENÇÃO AO ASI

Este estudo visa descrever recortes de uma prática de extensão universitária realizada por acadêmicos de um curso de Psicologia de uma faculdade privada da região metropolitana de Porto Alegre/RS junto à comunidade. Tal prática de extensão universitária ocorreu no componente curricular intitulado “Infância em situação de risco”, em que os acadêmicos de Psicologia desenvolveram em conjunto um projeto de extensão universitária junto a diferentes contextos (escolas, Conselho Tutelar, ONGs) em que o público-alvo foram crianças, adolescentes, professores, pais e conselheiros tutelares.

A fim de exemplificar a experiência de extensão comunitária, foi realizado um projeto de intervenção primária cujo objetivo principal foi proporcionar uma abordagem mais ampla, englobando uma oficina de educação sexual e prevenção do abuso sexual infantil (ASI) para crianças na faixa etária de 7 a 8 anos pertencentes aos 3º anos do Ensino Fundamental em uma escola da rede pública localizada em um município da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. A oficina intitulada “Semáforo do Toque” manteve seu foco primordial na prevenção do abuso sexual na infância, seguindo a proposta de intervenção fundamentada no livro “Pipo e Fifi” (Arcari, 2018). Inicialmente, foi solicitado aos pais e/ou responsáveis legais pelas crianças que assinassem o termo de consentimento. O projeto envolveu dois encontros, cada um com duração de duas horas, nos quais foram abordadas as seguintes questões: 1) no primeiro encontro, foram apresentados os objetivos da Oficina e foram discutidas questões relacionadas à identificação do corpo humano; e 2) no segundo encontro, foram explorados temas relacionados à identificação dos tipos de toques que uma criança pode receber de um adulto, incluindo toques

amorosos e saudáveis versus toques que poderiam caracterizar uma situação abusiva.

Para a implementação da técnica do Semáforo do Toque, foram incorporados dois bonecos denominados “Laura e Davi”. Nessa dinâmica participativa, as crianças foram incentivadas a usar cartões para indicar as áreas do corpo que podem ser tocadas (cartão verde) e aquelas consideradas áreas íntimas ou genitália, onde toques por parte de um adulto são estritamente proibidos (cartão vermelho). Em um passo subsequente, foram apresentados cartões com os dizeres “Sim e Não”, resumindo de maneira concisa os diferentes tipos de toques (saudáveis versus abusivos), com o intuito de esclarecer a distinção entre carinho afetivo e comportamento abusivo, auxiliando as crianças na identificação de possíveis situações de abuso (Arcari, 2018). Além disso, a abordagem visou informar sobre os direitos das crianças e adolescentes, destacando para quem a criança pode recorrer em busca de ajuda caso esteja enfrentando uma situação de violência sexual.

Nesse contexto, percebe-se que a educação sexual desempenha um papel fundamental no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Diversos elementos são essenciais ao abordar a educação sexual com crianças, incluindo aspectos éticos, exigindo particularmente a habilidade de se desvincular de valores e crenças pessoais. Além disso, é crucial uma comunicação adequada à faixa etária, que envolva uma abertura intelectual, moral e afetiva, bem como uma atitude tolerante diante dos questionamentos (Vitiello, 1995). É relevante destacar que, no primeiro encontro, foi enfatizada a nomeação das partes do corpo humano como um ponto de partida para avaliar a compreensão prévia das crianças e estabelecer uma comunicação mais clara. Adicionalmente, foram abordadas com as crianças as mudanças

corporais que ocorrem ao longo do desenvolvimento, especialmente durante a puberdade. Esse enfoque permite não apenas construir uma base sólida de conhecimento anatômico, mas também facilita a abertura para discussões sobre o crescimento e as transformações naturais do corpo, promovendo uma compreensão mais holística da educação sexual.

Os jogos e brincadeiras desempenharam um papel crucial na facilitação da compreensão dos alunos na educação infantil. Destaca-se que essas atividades, além de fortalecerem os laços entre os alunos e os coordenadores da oficina, proporcionando apoio àqueles que coordenam a intervenção, foram fundamentais para instilar segurança e confiança nos acadêmicos ao abordar as temáticas do abuso sexual infantil (ASI) e da educação sexual. Portanto, o caráter lúdico revelou-se uma ferramenta de grande valia, permitindo uma transmissão mais eficaz de conhecimentos e estabelecendo uma comunicação clara com as crianças (Botan; Leão, 2020). Esse enfoque não apenas tornou o aprendizado mais envolvente, mas também proporcionou um ambiente propício para a exploração e compreensão das questões sensíveis relacionadas à violência sexual e à educação sexual.

Outro ponto de relevância é que o projeto de intervenção foi implementado em um período pós-pandêmico. Durante o curso da pandemia da COVID-19, observou-se um aumento significativo nos casos de abuso sexual infantil (ASI) no âmbito intrafamiliar. Essa consideração temporal destaca a necessidade premente de iniciativas direcionadas à prevenção e enfrentamento do ASI, reconhecendo os desafios e impactos específicos que o contexto pós-pandêmico pode ter gerado. O projeto não apenas aborda a importância contínua dessas ações, mas também reconhece e responde às dinâmicas alteradas e desafios adicionais que podem ter surgido durante esse período crítico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo visou descrever uma intervenção primária para prevenção do ASI no contexto escolar. Os resultados indicaram que a educação sexual e a prevenção ao abuso sexual na infância tornam-se importantes de serem compartilhados com crianças. Percebe-se que tais práticas preventivas podem contribuir para a identificação precoce de situações de violência contra crianças e adolescentes. Além disso, acadêmicos de Psicologia têm a possibilidade de, ao longo da graduação, se inserirem em uma atividade de extensão universitária com implicações positivas à comunidade local a partir de uma interlocução teórico-prática e baseada na ética profissional.

Ressalta-se que a problemática do ASI tem despertado preocupação devido à alta prevalência e impacto negativo no desenvolvimento cognitivo, emocional, social e sexual das vítimas, sendo um problema de saúde pública no Brasil. A complexidade desse fenômeno em termos de variáveis desencadeadoras e suas possíveis consequências merece atenção dos profissionais da saúde. Além disso, intervenções primárias e terciárias emergem junto a crianças e adolescentes. Torna-se inegável o reconhecimento da escola como um ambiente de fator protetivo (Spaziani; Maia, 2015).

A intervenção primária do ASI envolve a educação sexual de crianças, permitindo que elas desenvolvam a capacidade de discernir o que é um ato de violência de um ato de afeto. Além disso, reforça-se o desenvolvimento crítico para a criança se conscientizar de seu direito de dizer “não” ao perpetrador/a, encorajando-a a compartilhar qualquer segredo com alguém de confiança (Spaziani; Maia, 2015). Constatou-se a eficácia do lúdico na educação sexual, permitindo que a criança tenha o desenvolvimento desses conhecimentos de forma condizente à faixa

etária, assim como essas estratégias pedagógicas contribuem para um ambiente acolhedor, encorajando esse público a denunciar os tipos de violência.

Propõe-se a realização de pesquisas futuras dedicadas à avaliação da eficácia e efetividade desse modelo de intervenção. A pesquisa pode abordar aspectos como o impacto na conscientização das crianças, a capacidade de reconhecimento de situações de abuso e a eficácia geral da abordagem utilizada. Além disso, sugere-se que esses programas de prevenção primária se tornem foco de atenção em políticas públicas, visando a implementação mais abrangente e a incorporação sistemática dessas práticas no contexto educacional e social, devido aos elevados índices de denúncias de violência sexual em crianças e adolescentes. Esse direcionamento para a esfera das políticas públicas contribuiria significativamente para a disseminação e sustentabilidade de iniciativas preventivas voltadas ao abuso sexual infantil.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Joana *et al.* “Aventuras do Búzio e da Coral” – benefícios do jogo de prevenção universal do abuso sexual para crianças em idade escolar. **Análise Psicológica**, Lisboa, n. 39, p. 53-64, 2021. DOI: 10.14417/ap.1601. [Visualizar item](#)
- ARCARI, Caroline. **Pipo e Fifi**: ensinando proteção contra a violência sexual. São Paulo: Editora Caqui, 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). **Abuso sexual**: mitos e realidade. 3. ed. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes Associados, 2002. [Visualizar item](#)
- BORGES, Jeane L.; ZINGLER, Veranice T. **Fatores de riscos e de proteção em adolescentes vítimas de abuso sexual**. *Psicologia em Estudos*, Maringá, PR, v. 18, n. 3, p. 453-463, jul./set. 2013. [Visualizar item](#)
- BOTAN, Keila Isabel; LEÃO, Andreza Marques de Castro. **Jogos, brincadeiras e educação sexual na Educação Infantil**. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas, TO, v. 8, n. 5, p. 110-121, 2020. [Visualizar item](#)
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. [Visualizar item](#)
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. [Visualizar item](#)
- BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de vigilância em saúde**. 5. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2021. [Visualizar item](#)
- BRAUN, Suzana. **A violência sexual infantil na família**: do silêncio à revelação do segredo. Porto Alegre: Editora AGE, 2002.
- BRINO, Rachel de Faria; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 209-229, jul./dez. 2008. [Visualizar item](#)
- CRUZ, Moniky Araújo da *et al.* Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 1369-1380, 2021. DOI: 10.1590/1413-81232021264.02862019. [Visualizar item](#)

FARAJ, Suane P.; SCOTT, Juliano B.; SIQUEIRA, Aline C. Escola como um espaço de prevenção da violência: um relato de experiência. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 57, n. 1, p. 254-273, 2020. DOI:

10.17058/barbaroi.v0i57.11266.

[Visualizar item](#)

FERREIRA, Cleiciara L. S.; CÔRTEZ, Maria Conceição J. W.; GONTIJO, Eliane D. Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus-tratos infantis.

Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 3997-4008, 2019. DOI: 10.1590/1413-

812320182411.04352018. [Visualizar item](#)

HABIGZANG, Luísa F. *et al.* Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, DF, v. 21, n. 3, p. 341-348, dez. 2005. DOI: 10.1590/S0102-

37722005000300011. [Visualizar item](#)

HARDEN, Brenda J.; BUHLER, Andrea; PARRA, Laura J. Maltreatment in infancy: a developmental perspective on prevention and intervention. **Trauma Violence Abuse**, [S.l.], v. 17, n. 4, p. 366-86, 2016. doi: 10.1177/1524838016658878.

MOITA, Magda Helena. **Avaliação de Impacto do Jogo “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral”**: jogo de prevenção primária do abuso sexual para crianças entre os 6 e os 10 anos. 2016. 91f. Dissertação (Mestrado) - ISCTE-IUL, Lisboa, 2016. [Visualizar item](#)

NORMAN, Rosana E. *et al.* The long-term health consequences of child physical abuse, emotional abuse, and neglect: A systematic review and meta-analysis. **PLoS Med**, [S.l.], v. 9, n. 11, e1001349, 2021. DOI: 10.1371/journal.pmed.1001349.

NOTIFICAÇÕES de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021. **Boletim Epidemiológico**, Brasília, DF, v. 54, 29 fev. 2023.

[Visualizar item](#)

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Relatório mundial sobre saúde e violência. Genebra: OMS, 2002.

[Visualizar item](#)

REICHENHEIM, Michael E.; HASSELMANN Maria Helena; MORAES, Claudia Leite. Consequências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para a elaboração de propostas de ação.

Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 109-121, 1999. DOI: 10.1590/S1413-81231999000100009.

[Visualizar item](#)

REZENDE, Stéfany Jaqueline. As cicatrizes: impactos na vida adulta do abuso sexual infantil. **Raízes no Direito**, Anápolis, GO, n. 2, p. 87-100, 2013.

[Visualizar item](#)

RIBEIRO, Marcos; REIS, Wagner. Educação sexual: o trabalho com crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 375-386, 2007. DOI: 10.35919/rbsh.v18i2.389. [Visualizar item](#)

SCHAEFER, Luiziana Souto *et al.* Indicadores psicológicos e comportamentais na perícia do abuso sexual infantil. **Trends in Psychology**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 3, p. 1467-1482, jul./set. 2018. DOI: 10.9788/TP2018.3-12Pt. [Visualizar item](#)

SILVA, Izabela Livia Alves; SILVA, Nathalia Vieira de Alcântara; SILVA, Samara Castro. **Os impactos do abuso sexual infantil na vida adulta**. 2022. 24f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação em Psicologia) – Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, MG, 2022. [Visualizar item](#)

SPAZIANI, Raquel; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 32, n. 97, p. 61-71, 2015. [Visualizar item](#)

VAGLIATI, Ana Carla. **Gritos do silêncio:** o professor frente à violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar. 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2014. [Visualizar item](#)

VITIELLO, Nelson. A educação sexual necessária. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 15-28, 1995. DOI: 10.35919/rbsh.v6i1.793. [Visualizar item](#)

ZEANAH, Charles H.; HUMPHREYS, Kathryn L. Child abuse and neglect. **J Am Acad Child Adolesc Psychiatry**, [S.], v. 57, n. 9, p. 637-644, 2018. DOI: 10.1016/j.jaac.2018.06.007.

Recebido em: 10/12/2023
Aceito em: 18/06/2024